

POBREZA RURAL, DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL

Sergio Schneider ¹

Marco Antônio Verardi Fialho ²

RESUMO

O artigo discute o desenvolvimento agrário, as desigualdades regionais e a pobreza nas áreas rurais do Rio Grande do Sul. A principal inspiração deste trabalho foi a realização de um estudo técnico sobre a pobreza rural no âmbito do projeto RS-2010, coordenado pela Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento, no ano de 1997. Na introdução, apresentam-se alguns indicadores conceituais e estimativas da pobreza brasileira como também as marcantes diferenças entre os pobres rurais e urbanos. Na segunda seção, discutem-se as transformações tecnológicas e ocupacionais da agricultura e avaliam-se as perspectivas para a inserção social dos pobres do campo no mercado de trabalho urbano e na dinâmica do setor agrícola. Na terceira parte, realiza-se uma análise do processo histórico de transformação da agricultura gaúcha, mostrando como a sua evolução foi responsável não apenas pelo aprofundamento da pobreza rural como também pela ampliação dos desequilíbrios regionais. Na quarta seção, retomam-se algumas conclusões do estudo anterior, especialmente no que se refere à caracterização da pobreza rural no estado. Com base na análise da estrutura fundiária e do cotejo de índices de desenvolvimento e de carência social, produzidos em estudo pioneiro da FEE, pretende-se demonstrar a existência de dois tipos de pobreza no meio rural do Rio Grande do Sul. Nas considerações finais, argumenta-se que as políticas públicas e os programas de combate à pobreza no campo poderiam ser repensados à luz de iniciativas que não dependem apenas de investimentos técnico-produtivos nas atividades agrícolas, mas, também, de propostas que ampliem o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: pobreza rural, desigualdades sociais, desenvolvimento agrícola, desequilíbrios regionais no Rio Grande do Sul.

¹ Sociólogo, mestre e doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O autor contou com o apoio da Fapergs (Processo 00/1514.3) para elaboração deste trabalho. E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br

² Economista e mestre em Economia Rural pelo CPGER/Ufrgs. E-mail: marcovf@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Não há como refletir sobre o tema da pobreza no Brasil sem considerar as significativas disparidades sociais existentes em nosso país. Há largo consenso em torno da constatação das desigualdades em nossa sociedade. Embora a pobreza seja facilmente identificável pelo senso comum, sobretudo porque se convive com ela em várias de suas manifestações cotidianas, para entendê-la e explicá-la, é necessário que se estabeleçam alguns critérios de ordem metodológica e teórica. Na bibliografia especializada, a pobreza tem sido descrita como um fenômeno complexo, de significados multivariados para pessoas, instituições ou países, que pode ser identificada através de indicadores de renda, saúde, habitação, educação, entre outros (Corrêa, 1998, p.60). A pobreza pode ser entendida como uma situação de carência de condições para satisfazer as necessidades básicas (*basic needs*), capazes de permitir ao indivíduo ou a sua família recursos para supri-las. Buscando estabelecer critérios de aferição que permitam estipular a magnitude das necessidades básicas, muitos estudiosos passaram a utilizar a renda como variável para definir a condição social de um indivíduo, região, cidade, etc. (Rocha, 1996; 2000b).

Considera-se que, em uma sociedade capitalista, a satisfação das necessidades individuais passa, fundamentalmente, pelo acesso aos recursos monetários, que permitem o pagamento pelo direito de uso ou consumo de qualquer mercadoria. Assim, o acesso à renda constitui-se em fator decisivo que garante ao indivíduo bens e serviços e, com isso, faculte-lhe a sua reprodução social. Partindo de premissas semelhantes a essa, o estudiosos da pobreza fazem amplo uso dos indicadores de renda para medir as condições dos membros de uma sociedade em satisfazer suas necessidades básicas e, a partir daí, apontar as discrepâncias no acesso aos recursos que existem entre indivíduos, grupos ou classes. Isso significa, em síntese, revelar o grau de desigualdade que existe em uma determinada formação social com base na análise da distribuição dos rendimentos auferidos pelas pessoas que a compõem. No Brasil, vários estudos (Pastore, Zylberstajn, Pagoto, 1983; Hoffmann, 1995; 2000b e Rocha, 1996; 2000b) utilizam os critérios de renda (sobretudo salário mínimo) para definir linhas de pobreza, ou seja, fixa-se um parâmetro a partir do qual se pode indicar que os indivíduos que possuem rendimentos inferiores àquela escala têm dificuldades ou sofrem restrições para satisfazer suas necessidades.³

³ Nos estudos sobre pobreza que utilizam a variável renda, é usual se encontrar duas maneiras de medir o grau de desigualdade social. De um lado, há os autores que utilizam o salário mínimo como referência para fixar uma linha de indigência, em que estão os domicílios cuja renda média do chefe alcança até um quarto (25%) do valor de um salário mínimo, e uma linha de pobreza, em que estão os domicílios em que a renda média do chefe

Em trabalho recente sobre a distribuição de renda no Brasil, Hoffmann (2000a), utilizando os dados do IBGE extraídos da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), salienta que, em 1998, o rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas (PEA) com declaração de rendimentos era de R\$ 456,00.⁴ O autor também verificou que há uma enorme desigualdade na distribuição desses rendimentos, indicando que os 10% mais ricos ficavam com 47,2% da renda total, o que significa que sua renda média era 4,72 vezes superior à renda média geral. Mas a informação que revela a magnitude da concentração da riqueza no país e a crueza da desigualdade social está no fato de que, em 1998, com base nos dados da PNAD, Hoffmann (2000a, p. 5) constatou que, ao mesmo tempo em que os 50% mais pobres da PEA abocanhavam apenas 13,8% da renda total, os 1% mais ricos retinham, sozinhos, quase a mesma proporção de 13,7% da renda total, ou seja, os 1% mais ricos somavam uma renda quase igual aos 50% mais pobres.

Esta desigualdade na distribuição da renda nacional vem se ampliando nos últimos anos em função do esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real e da desvalorização da moeda nacional (janeiro de 1999), conforme indica Rocha (2000) em recente documento divulgado pelo Ipea. Segundo a autora, em 1999, a pobreza brasileira aumentou em 3,1 milhões de pessoas, considerando-se pobres aqueles indivíduos que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas. Segundo este estudo, em 1998, 33,4% da população brasileira vivia na pobreza, percentual que, em 1999, passou para 35%, o que significa que 57,2 milhões de pessoas viviam sem condições de alimentar-se, vestir-se e garantir o acesso satisfatório à saúde e à educação. Contudo, apesar desse aumento da pobreza, segundo o estudo citado, o número de pessoas que vivem em condição de indigência caiu em 1999 em comparação aos demais anos, contados a partir de 1996. Em 1998, 13,9 milhões de brasileiros eram tidos como indigentes (9% da população), número que se reduziu para 13,6 milhões (8,7% da população).

Segundo alguns estudiosos, a forma como a renda é distribuída na sociedade brasileira contribuiu para que o Brasil seja reconhecido como uma das nações de grande incidência da pobreza absoluta e de significativas desigualdades sociais (Rocha, 2000a, p.3; Barros e Mendonça, 1995). Embora também haja disparidades na distribuição da renda entre homens e mulheres, neste trabalho, pretende-se realçar as informações

alcança meio (50%) salário mínimo. Uma segunda corrente, perseguida no Brasil por Rocha (1996), utiliza a variável renda estipulada a partir do valor do custo de vida efetivo das populações, neste caso usando a capacidade de consumo, que é medido pelo valor de uma cesta básica. Para uma discussão metodológica a esse respeito, consultar os vários trabalhos de Rocha (1998a; 1998c; 2000) e Romão (1993).

⁴ Hoffmann (2000a, p. 3) destaca, igualmente, que, ao se tomar apenas aquelas pessoas da PEA com rendimento positivo (visto que a PNAD capta as pessoas não-remuneradas da família), este valor sobe para R\$ 561.

sobre a alocação da renda segundo a localização do domicílio, comparando-se os urbanos e os rurais. Nesse sentido, os dados levantados por Hoffmann (2000a, p. 16) revelam que, em 1998, o rendimento médio familiar per capita na área rural (R\$ 102,9) correspondia a apenas 35% do rendimento médio na área urbana (R\$ 292,4). Enquanto a renda per capita familiar dos 50% mais pobres que residiam no meio urbano era de R\$ 150,00, para os que habitavam nas áreas rurais ela não era superior a R\$ 60,00 (ainda que os 50% mais pobres que têm domicílios urbanos ficassem com 13% da renda total declarada e os rurais, com 14,6%, o que se explica em razão da concentração da renda ser maior na cidade do que no campo).

Seguindo uma abordagem semelhante, Corrêa (1998; 2000) oferece detalhes sobre a estrutura dos rendimentos das pessoas ocupadas no setor agrícola. Tomando como variável-chave a renda mensal individual de todos os trabalhos, a autora indica que, entre 1981 e 1990, o rendimento médio das pessoas ocupadas na agricultura brasileira reduziu-se em 11,72%, passando de 1,45 salários mínimos em 1981 para 1,28 em 1990. Entre os anos de 1992 e 1998, no entanto, houve uma recuperação, passando-se de 1,24 salários mínimos para 1,46, representando um aumento de 17,74% (Corrêa, 2000, p.2). Não obstante essa oscilação entre as duas décadas, ao se tomar o período entre 1981 e 1998, verifica-se uma taxa média de crescimento de apenas 0,70% das rendas médias das pessoas ocupadas. Ou seja, a renda média auferida por um agricultor no ano de 1998 era proporcionalmente igual àquela que ele ganhava em 1981. As regiões brasileiras que registraram as maiores quedas na década de 80 foram o Sul e o Nordeste, onde a renda média das pessoas caiu 21,95% e 20,62%, respectivamente, no período 1981-1990. Na comparação do período de quase vinte anos, tomando-se os anos de 1981 e 1998, essas duas regiões registram uma queda da ordem de 8% das rendas médias das pessoas ocupadas. Uma das conseqüências da queda das rendas médias individuais é o aumento da proporção de pobres, que na região Sul passou de 0,404 em 1981 para 0,553 em 1992, regredindo um pouco deste ano até 1998, quando chegou a 0,449 (Corrêa, 2000, p. 09)

Essas informações revelam uma realidade amplamente conhecida entre os estudiosos brasileiros, a de que nas áreas rurais a pobreza atinge um maior número de pessoas e famílias. Os estudos de Sônia Rocha (1997), em particular, conforme indica a Tabela 1, também se utilizando de dados da PNAD, mostram que em 1990 a proporção de pobres que residiam no meio urbano do Brasil chegava a 26,8% e era significativamente inferior à proporção da população pobre domiciliada no meio rural, que era de 39,2% da PEA, o que representava 12,2 milhões de pessoas. Na região Sul, compreendendo os três estados meridionais, em 1990 havia 1,6 milhão de pessoas pobres com

domicílio rural (28,6%) e 1,9 milhão no meio urbano (16,8%), indicando a participação significativa da pobreza rural sobre a proporção total de pobres.

Tabela 1. Brasil e regiões. Proporção de pobres em áreas metropolitanas, urbanas e rurais - 1990

Brasil e Regiões	Metropolitana	Urbana	Rural
	%	%	%
Sul	17,6	16,9	28,6
Sudeste	26,9	17,7	27,1
Nordeste	43,4	43,7	49,2
Centro-oeste	22,4	23,3	31,9
Norte	43,4	43,2	-
Brasil	28,8	26,8	39,2

Fonte: Rocha (1997, p. 23; ver também Veiga, 2000, p.190).

Embora a década de 1990 tenha mostrado pequenas alterações em relação ao contingente de pessoas em situação de pobreza, os dados até aqui apontados indicam que este tema deverá figurar em posição de destaque na agenda social e política brasileira nas próximas décadas. Quando se toma como indicador a contribuição que representam as áreas rurais sobre o contingente nacional de pessoas consideradas pobres, verifica-se que, entre 1990 e 1995, no Brasil, houve uma pequena diminuição da participação do meio rural, que passou de 29,10% para 23,95%. Na região Sul, os estudos de Rocha (1997, p. 26) também indicam uma leve redução na contribuição do rural para o contingente total de pessoas pobres, pois em 1990, o campo contribuía com 3,85% e, no ano de 1995, esta proporção havia sido reduzida para 2,48%, o que significa que, neste último ano, as pessoas pobres com domicílio rural ainda somavam a elevada cifra de 755 mil de um total de 1,6 milhão na região Sul do Brasil.

Antes de adentrar na análise propriamente, vale um comentário final sobre o interesse recente que o tema da pobreza rural vêm despertando nos ambientes acadêmicos e nas instituições públicas, o que levou, inclusive, ao aparecimento de um conjunto de iniciativas e políticas públicas que parecem refletir a importância e a legitimidade social que este problema vêm assumindo na década de 1990. Como exemplos desta sensibilização social pode-se citar a Campanha de Combate à Fome e à Miséria, liderada pelo carismático sociólogo Herbert de Souza, ocorrida nos anos 1993-94. Em relação as políticas públicas específicas de combate a pobreza rural, podem-se

mencionar os vários programas que vêm sendo financiados pelo próprio Banco Mundial por todo Brasil, como é o caso do RS-Rural no Rio Grande do Sul, e uma preocupação crescente de vários órgãos do estado com o problema da miséria absoluta e da exclusão social, o que parece sinalizar que o tema da pobreza rural está incorporado à agenda social e política na presente conjuntura. Obviamente, devem-se manter recuo e prudência, pois entre as preocupações com a pobreza rural e a sua tradução em esforços e iniciativas efetivas de combatê-la e erradicá-la há um considerável hiato.

Este artigo pretende realizar um aproximação inicial à temática da pobreza nas áreas rurais do Rio Grande do Sul. A principal inspiração deste trabalho foi a realização de um estudo técnico sobre a pobreza rural no âmbito do projeto RS-2010, coordenado pela Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento, no ano de 1997 (Schneider e Brumer, 1997). Neste estudo preliminar, apontava-se que o empobrecimento da população rural gaúcha estava relacionado ao próprio processo de desenvolvimento agrícola gaúcho, que teve alterado seu padrão técnico-produtivo a partir de meados da década de 60, quando teve início a chamada “modernização da agricultura”.

Além desta introdução, o presente trabalho discute, na segunda seção, as transformações tecnológicas e ocupacionais da agricultura, avaliando perspectivas para a inserção social dos pobres do campo no mercado de trabalho urbano ou nas atividades produtivas do setor agrícola. Na terceira parte, realiza-se uma análise do processo histórico de transformação da agricultura gaúcha mostrando como a sua própria dinâmica social e econômica foi responsável tanto pelo aprofundamento da pobreza rural como pela ampliação dos desequilíbrios regionais. Na quarta seção, são retomadas algumas conclusões do estudo anteriormente mencionado, especialmente no que se refere à caracterização da pobreza rural no Estado. Com base na análise da estrutura fundiária e do cotejo de índices de desenvolvimento e de carência social, produzidos em estudo pioneiro da Fundação de Economia e Estatística (FEE), pretende-se demonstrar a existência de dois tipos de pobreza no meio rural do Rio Grande do Sul. Na seção final, busca-se argumentar que uma análise da dinâmica econômica, social e demográfica da agricultura gaúcha nas últimas duas décadas indica que o combate à pobreza no campo passa por um conjunto de iniciativas que não devem se restringir ao desenvolvimento exclusivamente agrícola. Nesta seção também são apontadas algumas iniciativas e políticas públicas, já apresentadas em outros estudos, que poderiam ajudar o Rio Grande do Sul a reorientar o seu desenvolvimento rural.

2 AGRICULTURA, EMPREGO E POBREZA

São amplamente discutidos e estudados os processos de transformação da base tecnológica e a formação dos complexos agroindustriais na agricultura gaúcha e brasileira, iniciados em meados da década de 60. Aliás, é prática corrente dos analistas enfocar os aspectos bem-sucedidos do processo de modernização da agricultura como o aumento da produtividade, dos volumes de produção alcançados, etc. As críticas, quando existentes, ficam por conta da lamúria em relação à falta de maiores apoios do Estado, da oscilação dos preços e da concorrência enfrentada nos mercados agrícolas internacionais, problemas típicos das economias de mercado.⁵

Os efeitos sociais decorrentes desses processos, como a concentração da renda rural e o aumento das desigualdades e da exclusão no campo, são frequentemente negligenciados. Um dos raros trabalhos que se desvia dessa perspectiva é o artigo de Graziano da Silva (1995), que busca avançar em entendimentos sobre os que ele chama de "barrados do baile", que é a massa de pobres e excluídos produzidas pelas profundas transformações sofridas pela agricultura brasileira nas últimas décadas.⁶ O ponto de partida deste autor também será aqui explorado como matriz analítica, qual seja, a verificação de que a pobreza no meio rural deve ser estudada a partir das transformações estruturais que atingiram a agricultura e as populações rurais no período recente, os quais são decorrentes, em larga medida, do processo desigual e excludente que assumiu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Assim, reconhece-se que o problema da desigualdade e da exclusão das populações rurais mais vulneráveis é de natureza estrutural e não representa uma novidade. Contudo, há de se reconhecer que o fato de a pobreza rural estar retornando à agenda social e política nos anos recentes tem a ver com o fracasso do ideário da modernização produtivista da agricultura disseminado na década de 70, e com o acirramento dos protestos e das reivindicações sociais contestatórias a este modelo tecnológico, que emergiram a partir de meados da década de 80 e se ampliaram largamente na presente década (Navarro, 1996; Almeida e Navarro, 1998; Almeida, 1999). De fato, a época atual revela características muito distintas daquelas do decênio de 70, quando os estudiosos da pobreza rural buscavam entender como os pobres do campo se inseririam no processo de modernização agrícola ou quais as suas perspectivas de reprodução social

⁵ Obviamente, não se desconhece o fato de que este tipo de enfoque analítico é, no geral, informado por uma matriz epistemológica que privilegia a abordagem acrítica desses temas. Contudo, há que se reconhecer que, nos tempos recentes, muitos analistas que se professam adeptos da "teoria crítica" também parecem estar se rendendo a essa perspectiva.

⁶ Provavelmente, a bibliografia sobre a pobreza rural seja mais ampla do que aquela que é de nosso conhecimento e que está citada neste artigo. Para uma análise do caso nordestino, consultar Duqué e Cirne (1998).

fora deste setor, como trabalhadores da indústria. Nos dias de hoje, o estudo da pobreza rural passou também a se relacionar com outros problemas, como o desemprego crescente nos setores urbano-industriais, a pressão demográfica sobre as grandes cidades, a violência urbana, etc. Assim, atacar a pobreza no meio rural passou a ser uma medida social de "quase-confinamento" ou retenção do problema no seu local de origem; ou seja, a estratégia continua a ser a de manter os pobres no campo (em décadas passadas falava-se em "fixar o homem no campo"), como se fosse possível estancar a sangria demográfica que vêm alimentando o inchaço populacional dos grandes centros urbanos. Isso sem mencionar os outros problemas, histórica e umbilicalmente conexos à pobreza rural, como a reforma agrária, o abastecimento alimentar e o cuidado com o ambiente, entre outros, aos quais essas novas motivações de "viés urbano" vêm se somar. Nesse sentido, a preocupação com a pobreza rural está se tornando uma preocupação tanto para o desempregado urbano das metrópoles (que não deseja mais candidatos às escassas vagas), quanto para a classe média, impressionada com o aumento da violência nas cidades, e, mesmo, para os sem-terra do campo (que não podem mais migrar para as áreas de fronteira agrícola e, tampouco, dividir os já miúdos lotes familiares, quando existem). Talvez seja por essas razões que o combate à pobreza e à miséria rural esteja sensibilizando várias categorias sociais e, com isso, alcançando legitimidade política.

Não obstante, embora esse reconhecimento seja fundamental, a redução da pobreza rural também está associada à mudança da estrutura social e econômica que a produz. Nesse sentido, é preciso considerar que, na década de 70, as migrações eram uma das principais alternativas que se apresentavam aos pobres do campo para escapar da exclusão social. O massivo êxodo rural ocorrido nas regiões Sul e Nordeste foi estimulado pelas próprias possibilidades de acesso aos empregos urbanos, que então eram criados pelo setor industrial e de serviços em expansão. Segundo Graziano da Silva (1995), na década de 70 o setor urbano brasileiro criou 13,2 milhões de postos de trabalho, metade dos quais somente nas indústrias de transformação (que criou quatro milhões) e na construção civil (que criou 1,5 milhão). Entre 1981 e 1989, o setor urbano, igualmente, registrou aumento de 12,7 milhões de novas ocupações, mas apenas 20% na indústria de transformação (2,4 milhões) e na construção civil (400 mil). Já, no período entre 1981 e 1992, enquanto a PEA urbana brasileira (ocupada em atividade não-agrícolas) aumentava a uma taxa de 3,6% ao ano, a indústria de transformação crescia apenas 1,6% ao ano e a construção civil registrava uma queda de 7,5% ao ano.⁷

⁷ Além da PEA urbana não-agrícola, a PNAD também contabiliza a PEA urbana ocupada em atividades agrícolas, que são aqueles que trabalham na agricultura, mas que possuem domicílio em áreas urbanas.

Na década de 1990, no período entre 1992 e 1997, a crise desses ramos se manteve: a PEA urbana não-agrícola crescia à taxa de 2,3% ao ano e os ramos da indústria de transformação e da construção civil registravam taxas negativas de 0,6% e 2,8% ao ano, respectivamente (Schneider, 1999, p. 191; Campanhola e Graziano da Silva, 2000).

Esses dados revelam uma mudança no perfil das ocupações urbanas, que, na década de 1970, eram compostos, basicamente, de empregos e ocupações que exigiam pouca qualificação e, portanto, constituíam-se em possibilidades de emprego para os migrantes recém-chegados do campo. Nos anos mais recentes, o mercado de trabalho urbano está deixando de ser uma alternativa de inserção social para os pobres do campo, tendo em vista a crise dos setores ocupacionais (indústria de transformação e construção civil) onde esses trabalhadores teriam melhores chances de emprego. A conclusão de Graziano da Silva (1995, p. 131) também vai nesta direção ao afirmar que "(...)as oportunidades de trabalho criadas nos setores urbanos nos anos oitenta não favoreceram os novos migrantes, especialmente aqueles de origem rural".

Nesse sentido, o quadro que se apresenta não permite alimentar perspectivas alentadoras e imediatas favoráveis à diminuição da pobreza e da exclusão social no meio rural. Além dos limites à inserção formal dos trabalhadores excedentes do campo no mercado de trabalho urbano-industrial, via migrações campo-cidade, esses contingentes populacionais já não podem contar com o crescimento econômico da própria agricultura (especialmente quando se analisa o desempenho do PIB setorial) ou da ampliação da fronteira agrícola, mecanismos esses que, na década de 1970, patrocinavam sua inserção social e econômica. Como se sabe, as regiões Centro-Oeste e Norte, há muito tempo, não dispõem de oferta de terras para receber novos colonizadores. Além disso, não se deve esquecer das conseqüências que o próprio avanço do progresso técnico trará para a agricultura no período vindouro, particularmente no que se refere às biotecnologias, à engenharia genética e às tecnologias da informação (informática e microeletrônica). Embora também seja verdadeiro que tais inovações podem criar novos empregos e ocupações antes inexistentes no meio rural (como é o caso dos operadores técnicos, dos prestadores de serviços de informática, etc.), não é recomendável alimentar ilusões. Os novos equipamentos e tecnologias, prestes a serem introduzidos na agricultura, são altamente seletivos em relação ao uso de mão-de-obra e poupadores de força de trabalho, sobretudo quando se trata de trabalhadores com baixa qualificação profissional (como exemplos, basta citar as máquinas que operam no corte da cana-de-açúcar ou na colheita de café e laranja).

3 A EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA GAÚCHA: O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E OS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

Conforme antes mencionado, a análise da pobreza rural perseguida neste trabalho não se fixa apenas na forma desigual pela qual as rendas são apropriadas na agricultura, ainda que essa seja uma forma reconhecida de desvelar a desigualdade em determinada formação social. A perspectiva aqui adotada parte da convicção de que a pobreza rural revela-se como uma das facetas do processo de exclusão social, que possui raízes históricas e está ligada ao próprio desenvolvimento do capitalismo no campo.

Um resgate do processo histórico de desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul mostra que, já na primeira metade do século XX, ela figurava entre as mais modernizadas do Brasil. Um dos indicadores mais significativos nesse sentido é o número de tratores existentes no estado. Entre 1920 e 1940, a frota de tratores no Rio Grande do Sul passava de 817 para 1 104 unidades, utilizados, em geral, na produção de arroz. A orizicultura, praticada em grandes propriedades da região sul-sudoeste do estado, proporcionou um rápido incremento na utilização de máquinas, que veio acelerar a introdução de formas capitalistas de produção. A partir do final da II Guerra Mundial, a triticultura também contribuiu significativamente para acelerar o processo de transformação tecnológica da agricultura no Rio Grande do Sul. O auge da lavoura de trigo verificou-se entre 1945 e 1956, quando a produtividade do cereal atingiu 0,96 t/ha e a área de plantio teve um incremento de 334% (FEE, 1978, p.53).

Durante a década de 1950, a agricultura gaúcha permaneceu estagnada: a fronteira agrícola de terras havia sido totalmente ocupada, levando muitos gaúchos a migrar para fora do estado⁸. As culturas agrícolas mais desenvolvidas, como o arroz e o trigo, sofriam sérios problemas de competitividade com os produtos estrangeiros e os incrementos de produtividade não eram compensados pelos preços de venda do produto. A suinocultura, que era o principal produto comercial dos agricultores das regiões de colonização recente (Alto Uruguai, Missões, etc.), também perdia seu dinamismo em função da substituição da banha por óleos vegetais, pela perda de mercados para os produtores catarinenses e mineiros e pela exigência de um novo tipo de rebanho suíno, com preferência à produção de um porco tipo-carne (Presser, 1978).

Essa situação favoreceu a rápida difusão da soja em praticamente todas as regiões agrícolas da lavoura gaúcha. Além disso, a sojicultura pode beneficiar-se duplamente

⁸ Na verdade, a migração rural-urbana dos colonos gaúchos que habitavam as regiões das Colônias Novas (norte e nordeste do estado) para as regiões do Oeste catarinense e o Sudoeste paranaense iniciou-se nas primeiras décadas do presente século, intensificando-se entre 1920 e 1940.

em relação à triticultura, de um lado, incorporando as áreas de cultivo desse grão, bem como os avanços técnicos e a estrutura organizacional das cooperativas e, de outro, colocando-se como alternativa econômica ao trigo, uma vez que esta cultura sofria uma forte crise de comercialização desencadeada pela importação do produto dos Estados Unidos (em decorrência do Acordo do Trigo Norte Americano, fixado em 1956). *Grosso modo*, pode-se dizer que a introdução da soja como principal produto comercial da lavoura gaúcha marca uma nova fase de desenvolvimento da economia agrária sul-riograndense.⁹

A frente de expansão da soja localizou-se na zona colonial do noroeste do Rio Grande do Sul, incluindo as regiões Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio. A difusão acelerada da monocultura da soja pode ser acompanhada pelos incrementos anuais de área plantada. Entre 1968 e 1981, ela apresentou um incremento de 1 075% na área cultivada e de 2 188% na quantidade produzida (Conceição, 1982, p.99). Ao final da década de 1970, as transformações ocasionadas pela difusão da soja e pela modernização tecnológica da agricultura revelaram-se particularmente intensas na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai, Missões). Em razão disso, um grande contingente de colonos viu-se forçado a abandonar suas atividades rurais e buscar alternativas para sua reprodução, em face da impossibilidade de incorporação dessas novas tecnologias e de sua adequação ao padrão produtivo que passava a vigorar. Entre as alternativas possíveis para os pequenos proprietários figuravam aquelas que conduziram muitos colonos aos projetos de colonização, através dos quais milhares de agricultores do sul transferiram-se para o norte e para o centro-oeste do Brasil (Tavares dos Santos, 1993). Uma segunda estratégia foi a organização social e política da qual emergiram os movimentos sociais dos sem-terra – MST, atingidos por barragens Crab, mulheres trabalhadoras rurais – MMTR (Schmidt, 1992; Navarro, 1996; Grzybowski, 1987). Uma terceira possibilidade passou a ser as novas estratégias de produção, como a parceria e o pequeno arrendamento (Vianna de Souza, 1992). Uma última maneira de os pequenos agricultores enfrentarem os efeitos das transformações técnico-produtivas foi a migração, que conduziu milhares de colonos, arrendatários, meeiros, sem-terra e outros ao assalariamento nos centros urbano-industriais, particularmente na indústria coureiro-calçadista do Vale do Sinos (Schneider, 1994; Enderle, 2000).

⁹ No Rio Grande do Sul, até 1950, a soja era plantada por pequenos proprietários e utilizada como forragem na alimentação de suínos. Somente no final da década de 1950, a produção da soja ganhou impulso, disseminando-se rapidamente por todos os estados do sul do Brasil durante a década de 1960. Na década de 1970, ela chegou a ocupar 60% total da área plantada no estado.

Já as regiões coloniais mais antigas (como as regiões do Vale dos Sinos e Encosta da Serra), situadas no nordeste gaúcho, percorreram uma trajetória distinta. Enquanto, na fronteira noroeste do estado, o modo de vida colonial foi substituído pela agricultura tecnificada e integrada aos complexos agroindustriais, na primeira região, grande parte da força de trabalho do meio rural passou a ser absorvida pelo emergente mercado de trabalho regional, cuja expansão se dava em face do processo de industrialização do setor coureiro-calçadista (Schneider, 1999).

Nas regiões sul e oeste do Rio Grande do Sul, onde predominam as propriedades médias e de grande porte dedicadas ao cultivo de arroz irrigado e à pecuária extensiva, registraram-se dinâmicas produtivas diferenciadas nas duas últimas décadas. Nessas regiões, a sojicultura apenas penetrou em escala reduzida e as transformações técnico-produtivas foram bem menos intensas, o que pode ser explicado pela moto-mecanização ter sido incorporada bem antes na orizicultura da região sul. Na década de 1980, a produção de arroz irrigado registrou aumentos favoráveis na área plantada e na produtividade da lavoura, ao passo que a pecuária extensiva permaneceu estagnada sem realizar significativos incrementos tecnológicos e mantendo estáveis os padrões de produtividade (Fürstenau, 1988; Alonso, Benetti, Bandeira, 1994).

Quando se comparam as metades sul e norte do estado, logo se percebem diferenças marcantes, que começam pelo processo de ocupação de terras diferenciado.¹⁰ A primeira região, também chamada de "metade-sul", apresenta estrutura fundiária com maior concentração de grandes propriedades, ocupadas na pecuária extensiva e na produção de arroz irrigado. A segunda, chamada de "metade-norte", foi ocupada por imigrantes de origem européia ou por seus descendentes, originários predominantemente da Itália e da Alemanha, e se baseia na pequena propriedade, onde predomina a agricultura familiar. Ao longo do presente século, em virtude das formas diferenciadas de ocupação e de uso das terras, das características culturais e de padrões de fecundidade distintos de seus habitantes e de processos migratórios ocorridos em períodos não coincidentes, os contrastes entre as duas regiões ampliaram-se consideravelmente.

Em termos demográficos, a região sul apresentou um declínio em relação à região norte, pois concentrava cerca de metade (52,07%) da população gaúcha em 1890, passando a deter apenas um quarto (25,2%) em 1991. Foram importantes na determinação das diferenças regionais de crescimento demográfico a expansão da fronteira agrí-

¹⁰ A separação do estado do Rio Grande do Sul em "metade-sul" e "metade-norte" é controversa. Trata-se de uma linha imaginária, em sentido diagonal, traçada de leste a oeste, ligando Porto Alegre a São Borja, que separaria o estado em duas metades: o norte, formado por uma estrutura fundiária de predomínio de pequenas propriedades, mais urbanizado e industrializado, em oposição ao sul, que seria formado por propriedades rurais de grande porte, fortemente assentado na agropecuária e menos desenvolvido.

cola na região norte durante a primeira metade do século XX, a urbanização precoce da região sul, associada à preservação de uma base essencialmente ligada à agropecuária, e a concentração geográfica do crescimento industrial do estado no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, o que contribuiu para atrair migrantes para os empregos gerados direta ou indiretamente no setor urbano-industrial. Segundo Bandeira (1994), deve-se considerar que as grandes explorações pecuárias características da região sul demandam um volume muito menor de força de trabalho por unidade de área do que as pequenas unidades voltadas para a agropecuária colonial ou para as lavouras mecanizadas, mais recentes, que compõem o setor agrícola da região norte. Além disso, "as mudanças tecnológicas introduzidas ao longo do tempo na atividade pecuária, como o cercamento dos campos e a maior subdivisão das áreas de pastoreio, além do crescente uso de bretes e troncos para a contenção dos animais, contribuíram para facilitar o manejo dos rebanhos e para reduzir o pessoal necessário para o funcionamento das estâncias, diminuindo a capacidade de absorção de mão-de-obra por parte da pecuária" (Bandeira, 1994, p.15).

Em termos econômicos, até 1940 a região sul tinha maior peso relativo do que as regiões norte e nordeste na formação do produto total do estado. Entre 1940 e 1970, o peso relativo do produto industrial da região sul diminuiu continuamente, passando de um pouco mais de um terço em 1940 para algo em torno de 15% em 1970, ocorrendo também perdas relativas, embora um pouco menores, na produção agropecuária (Bandeira, 1994, p. 16). Segundo Bandeira, a decadência da região sul deve-se, em grande parte, à prolongada crise da pecuária e de seus segmentos complementares, das charqueadas e, posteriormente, dos frigoríficos. No entanto, de acordo com o mesmo autor, o declínio econômico da região também pode ser explicado pelo comportamento dos donos das terras, que, além de serem geralmente absenteístas das propriedades, estariam ainda apegados a "um tipo específico de racionalidade" que privilegia as formas extensivas de produção e a abundância da mão-de-obra em vez da intensificação produtiva e do uso de tecnologias modernas.

Desse modo, pode-se afirmar que a evolução e a modernização da estrutura agrária gaúcha ocorrerem de forma desigual. Há diferenças regionais e históricas que permitiram incrementos tecnológicos a um determinado conjunto de agricultores, ao passo que outros foram compelidos à migração e à proletarização. Contudo, as transformações estruturais ocorridas no setor agrícola não tiveram impactos apenas sobre os processos produtivos. A seletividade do processo de modernização da agricultura e as distorções sociais daí emergentes, como a expulsão de milhares de pequenos agricultores do campo, alteraram, sobremaneira, o modo de vida das populações rurais gaúchas e a própria geografia agrária.

Do ponto de vista social, a trajetória até aqui descrita, fortemente marcada pelos avanços técnico-produtivos, apresenta flagrante contraste com a deterioração das condições de vida no campo ao longo do período examinado. Os dados disponíveis em 1990, segundo informações extraídas do Mapa da Fome, realizado pelo Ipea, indicavam que, no Rio Grande do Sul, havia 1 534 895 pessoas e 520 311 famílias indigentes. A Tabela 2 aponta que 57,07% dessas pessoas tinham domicílio em áreas rurais, que o grau de indigência relativa da população rural do Rio Grande do Sul, em 1990, chegava a 32,28%.

Tabela 2. Rio Grande do Sul. Pessoas e famílias indigentes, grau de indigência e participação relativa segundo a situação de domicílio - 1990.

Estado e situação de domicílio	Pessoas indigentes	Participação de indigência (%)	Grau de indigência	Famílias indigentes	Participação de Famílias Indigentes (%)
Metropolitana	225.946	14,72	7,48	87.280	16,77
Urbana	432.979	28,21	13,18	175.329	33,70
Rural	875.971	57,07	32,28	257.701	49,53
Rio Grande do Sul	1.534.895	100,0	17,02	520.311	100,0

Fonte: Ipea, Mapa da Fome (apud FEE, 1995)

Outro aspecto a ser ressaltado em relação ao aprofundamento do padrão tecnológico chamado de "moderno" (porque calcado no aumento constante do consumo intermediário de bens e produtos e da produtividade) refere-se à "sangria" demográfica. Uma das principais modificações a que se assiste nas últimas duas décadas é a diminuição absoluta da população que reside no meio rural (na década de 1980, a população rural caiu à taxa anual de 2%, e entre 1992 e 1997, reduziu-se para 0,6% ao ano). Em recente pesquisa baseada em dados do IBGE obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), constatou-se que, em 1981, havia 2 119 milhão de pessoas com dez anos ou mais de idade que residiam no meio rural gaúcho; já, em 1997, esse número tinha caído para 1,627 milhão, portanto houve uma diminuição de 492 mil pessoas (queda de 23,22%), que deixaram o meio rural e foram habitar outros locais, provavelmente os centros urbanos (Schneider e Navarro, 2000; Schneider, 1999b).

No que se refere à dinâmica ocupacional, as mudanças são ainda mais significativas, pois, nos últimos anos, observa-se uma diminuição constante das famílias ocupadas nas atividades agrícolas. Na pesquisa antes indicada, baseada em dados do IBGE obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), verificou-se que, entre 1981 e 1997, houve uma diminuição expressiva das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, que passou de 1,160 milhão para 815 mil, portanto uma perda de 345 mil postos de trabalho somente daqueles ocupados em atividades agrícolas. Em

razão disso, aumentou significativamente o contingente de pessoas desempregadas no meio rural gaúcho. Entre 1981 e 1992, a taxa dos habitantes rurais que se declararam não ocupados cresceu 4,7% ao ano e, entre 1992 e 1997, saltou para 17,8% ao ano, registrando-se a presença de 23 800 pessoas desempregadas em todo o estado somente em 1997.

Essa situação, provavelmente, esteja relacionada às dificuldades econômicas enfrentadas pelas culturas que utilizam força de trabalho assalariada, como é o caso da orizicultura e, em menor escala, da pecuária de leite. Ambos os setores foram fortemente atingidos no início da década de 1990 pela abertura comercial e pela queda dos preços. O reflexo imediato da crise nesses setores pode ser percebido na redução da categoria dos empregados agrícolas, que, em 1981, eram 146 300 em todo Rio Grande do Sul e, em 1997, diminuíram para 107 600. Como se percebe, a falta de emprego, que em geral é vista como um fenômeno típico das cidades, chegou ao campo nestes últimos anos atingindo mais diretamente aquelas pessoas que vivem do assalariamento agrícola.

Mas não é apenas a categoria dos empregados agrícolas que vem diminuindo no Rio Grande do Sul. As pessoas que se declararam ocupadas em "atividades não remuneradas" ou por "conta própria" em atividades agrícolas, como é usualmente o caso daqueles que hoje se chama de *agricultores familiares*, também continuam a reduzir sua presença no meio rural gaúcho. Em 1981, essas duas categorias somavam 992 300 trabalhadores e, em 1997, haviam se reduzido para 680 700, portanto houve uma diminuição de 311 600 pessoas. Em parte, tal redução das pessoas ocupadas em atividades agrícolas pode ser explicada pela dinâmica demográfica da população rural, especialmente em razão do aumento do número de aposentados, que, entre 1992 e 1997, cresceu a uma taxa anual de 6,4%. Entretanto, esses dados também podem ser lidos como uma indicação de que a agropecuária sul-rio-grandense continua trilhando o caminho do formato técnico-produtivo inaugurado na década de 1970.

No período recente, a agropecuária gaúcha vem registrando um desempenho produtivo que parece estar em contraste com a dinâmica demográfica e ocupacional da população rural. Segundo dados da Fundação Economia e Estatística, entre 1990 e 1998, o setor agropecuário do Rio Grande do Sul registrou uma taxa média de crescimento de 2,4% ao ano. Esse desempenho deveu-se, fundamentalmente, aos ganhos de produtividade obtidos na produção de grãos, como soja, arroz e milho, que tiveram uma redução da área plantada, mas um aumento da quantidade colhida no período recente. Em 1980, o Rio Grande Sul registrava uma área de cerca de oito milhões de hectares ocupados com grãos, que produziam cerca de 12,3 milhões de toneladas. Em

1995, no entanto, a área plantada com grãos havia sido reduzida para 6,3 milhões de hectares, mas a produção elevou-se para 17,3 milhões de toneladas. Segundo estudos recentes, entre 1985 e 1995, houve uma redução de 904 mil hectares da superfície cultivada com grãos no estado, estimando-se que aproximadamente um terço dessa área foi abandonada em regiões de pequenas propriedades, como o Alto Uruguai, onde predomina o cultivo da soja e do milho (Benetti, 1998; 1999). Portanto, em 15 anos verificou-se um aumento de 78% no rendimento físico dessas lavouras, passando-se de 1,53 tonelada por hectare para 2,72, perfazendo um aumento de 41% na produção graneleira e uma redução da ordem de 20,4% na área cultivada.

Não obstante esse desempenho produtivo favorável, no sentido de obtenção de maiores ganhos de produtividade, o setor agrícola gaúcho, e particularmente os agricultores, parece não ter grandes razões para comemorações. No mesmo período analisado, a participação da agropecuária no PIB estadual reduziu-se consideravelmente, passando de 15,08% em 1980 para 10,57% em 1995. Entre as causas desse empobrecimento do setor em face das outras atividades econômicas, são apontados, entre outros, os impactos da rápida abertura comercial, que expôs a agricultura gaúcha à competição com produtos importados, muitas vezes fortemente subsidiados em seus países de origem, e as mudanças nos mecanismos de financiamento e sustentação estatal, que até o início da década de 1980 chegavam ao campo via crédito agrícola.

Outro fator importante que ajuda a explicar o empobrecimento do setor agrícola na década de 1990 foram as quedas dos preços dos produtos agrícolas recebidos pelos agricultores. Segundo Monteiro (1999), comparando-se os preços agrícolas do período 1990-1998 com o mesmo da década anterior (1980-1989), percebe-se uma redução de 49,58% no preço recebido pelo arroz em casca, 48,01% pelo milho, 64,07% pelo trigo e 52,45% pela soja, que são alguns dos cultivos típicos da lavoura gaúcha. Essa queda dos preços, conforme também destacaram Graziano da Silva e Del Grossi (1999), provocou uma considerável redução das rendas das pessoas ocupadas no setor agrícola, que, em 1997, chegaram a seu patamar mais baixo, sendo inferiores a todos os ramos de atividades das pessoas ocupadas no meio rural, com exceção do ramo de serviços.

4 A POBREZA RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: ONDE ESTÃO E QUEM SÃO OS POBRES

Para a identificação e caracterização da pobreza rural no Rio Grande do Sul, recorre-se, neste artigo, a algumas indicações apontadas em um estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE), realizado em 1995, que até o presente permanece quase

inteiramente desconhecido do público gaúcho tendo em vista sua extensão.¹¹ A metodologia da FEE (p. 10) apóia-se na construção de um indicador sintético de desenvolvimento (Índice de Desenvolvimento Social-IDS) e de carência (Índice de Carência Social -ICS), utilizando-se de uma técnica estatística dos dados denominada de análise fatorial multivariada (também conhecida como análise de componentes principais). A unidade de análise adotada foram os municípios e a regionalização e agregação foi feita com base no "Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Rio Grande do Sul", realizado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul em 1994, que divide o estado em regiões e sub-regiões segundo suas características agroecológicas.¹²

Para a formação do IDS, os pesquisadores elaboraram um ICS para cada município, considerando como parâmetro de carência total o diferencial entre os municípios que apresentam o melhor e os que apresentam o pior valor para cada variável considerada. As variáveis utilizadas no cálculo do ICS foram a taxa de mortalidade infantil (para o indicador de saúde), as taxas de analfabetismo e escolarização (indicador educação), o PIB per capita e o grau de indigência (para o indicador de renda).¹³ O IDS resulta do cálculo de carência média (ICS-média) e varia de 0 a 1, expressando desde situações de carência absoluta até o desenvolvimento máximo. Cabe ressaltar que a análise decorrente das distribuições municipal e regional do IDS referem-se ao conjunto das populações rurais e urbanas, não devendo ser restringidas apenas ao meio rural.¹⁴

Como resultado desse procedimento, constatou-se que os municípios que revelavam um Índice de Desenvolvimento Social mais próximo do valor máximo de 1, ou seja, que eram mais desenvolvidas segundo esses critérios, situavam-se na região nordeste do Rio Grande do Sul, onde se localizam as microrregiões da Encosta Inferior e Superior da Serra, também conhecidas por serem as áreas das Colônias Velhas alemã e italiana, denominação que ganharam porque nelas foram assentados os primeiros imigrantes europeus ainda no século passado. Já os municípios que apresentaram o pior

¹¹ Na sua origem, este estudo da FEE havia sido encomendado pelo Banco Mundial ao governo do estado para fundamentar o projeto de combate à pobreza rural (finalidade para a qual não chegou a ser utilizado), que mais tarde foi batizado de Pró-Rural 2000. Em outra oportunidade, já havíamos utilizado esta base de dados para realização de uma consultoria para o Projeto RS-2010-Pobreza Rural (Schneider e Brumer, 1998).

¹² A divisão do estado em regiões e sub-regiões com base em critérios agroecológicos e sua utilização em análises socioeconômicas não se constitui em procedimento universalmente aceito entre os estudiosos e especialistas gaúchos. Para maiores detalhes, consultar Alonso, Benetti e Bandeira (1994).

¹³ Segundo a FEE (1995, p. 8), "o indicador de renda resulta da ponderação de 40% a 60% das carências obtidas para o grau de indigência e para o PIB per capita, respectivamente, sendo que no último deve ser usado seu logaritmo, e como parâmetro de carência nula foi escolhida a média do Estado".

¹⁴ Para maiores informações acerca dos procedimentos metodológicos utilizados, consultar FFE (1995, p.8 e passim).

IDS ou, pelo contrário, o maior valor do Índice de Carência Social, indicando menor desenvolvimento, localizam-se nas regiões sul e oeste, onde estão as microrregiões da Serra do Sudeste, da Campanha gaúcha e parte da Depressão Central, conforme indicado no mapa a seguir.

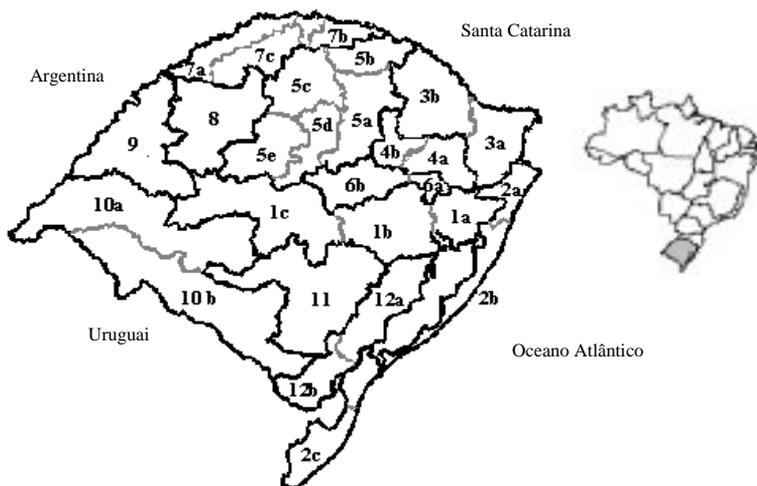


Figura 1 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul segundo a divisão por regiões e sub-regiões agroecológicas.

Legenda: regiões e sub-regiões agroecológicas	
1. Depressão Central 1a. Grande Porto Alegre 1b. Rio Pardo – Taquari 1c. Santa Maria	2. Litoral 2a. Litoral Norte 2b. Litoral Médio 2c. Litoral Sul
3. Planalto Superior 3a. Bom Jesus – São Francisco de Paula 3b. Vacaria – Lagoa Vermelha	4. Serra do Nordeste 4a. Caxias do Sul – Bento Gonçalves 4b. Veranópolis – Guaporé
5. Planalto Médio 5a. Passo Fundo 5b. Erechim 5c. Palmeira das Missões 5d. Bacia do Jacuí 5e. Cruz Alta	6. Encosta Inferior da Serra do Nordeste 6a. Vale do Caí 6b. Santa Cruz
7. Alto Vale do Uruguai 7a. Três Passos 7b. Nonoai – Marcelino Ramos 7c. Santa Rosa – Seberi	8. Missionária de Santo Ângelo – São Luiz Gonzaga
9. São Borja – Itaquí	10. Campanha 10a. Uruguaiana – São Gabriel 10b. Fronteira Uruguia
11. Serra do Sudeste	12. Região das Grandes Lagoas 12a. Patos 12b. Mirim

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento - RS (1994).

Na Tabela 3, pode-se visualizar um conjunto expressivo de regiões e sub-regiões onde o IDS é inferior a 0,4000, indicando, portanto, um desenvolvimento de, no máximo, 40% em relação ao nível mais alto (região 11, sub-região 12b, sub-região 3a, sub-região 10b, sub-região 10a, região 9, sub-região 12a e sub-região 2b, nessa ordem). A maioria dessas regiões e sub-regiões encontra-se na chamada "metade-sul" do estado, onde predominam a pecuária de corte extensiva e a orizicultura irrigada, atividades praticadas em propriedades cujos tamanhos, em geral, são de médio e grande portes. Obviamente, há exceções, como nos municípios situados na Serra do Sudeste (região 11), que apresenta o pior IDS (apenas 0,1674), onde o tamanho das propriedades é pequeno e ocorre uma exploração agropecuária diversificada, como é o caso de Canguçu e Piratini. Outra exceção é a sub-região 3a (os Campos de Cima da Serra), que se localiza no extremo nordeste do estado, que tem em comum com as demais áreas os baixos valores do IDS (0,2572) e o fato de ser uma região de predomínio dos campos naturais onde a atividade econômica principal também é a pecuária extensiva.

As regiões mais desenvolvidas, ao contrário, onde o IDS é superior a 0,7000, encontram-se no nordeste do estado, sendo, na ordem decrescente do desenvolvimento social, a sub-região agroecológica 4a, a Encosta Superior da Serra, a mais desenvolvida, seguida da sub-região 1a, que é a Grande Porto Alegre, e das sub-regiões 6a e 4b, também situadas na Encosta da Serra do Nordeste gaúcho. Além do IDS, a Tabela 3 também apresenta os índices de carência para cada região ou sub-região agroecológica, que revelam o maior ou menor acesso às condições básicas antes mencionadas.

Além dessa comparação inter-regional do desenvolvimento social com base nos índices sintéticos, a Tabela 3 apresenta ainda informações sobre o índice de Gini, que é um indicador de concentração fundiária que varia de 0 a 1, na proporção de menor para maior, e sobre a área média dos estabelecimentos (FEE, 1995, p. 10). Na comparação desses indicadores com o IDS, percebe-se uma correlação positiva entre o baixo desenvolvimento e os níveis de concentração fundiários no Rio Grande do Sul. A tabela mostra, por exemplo, que a sub-região 2b, a região 9 e as sub-regiões 2c e 12b, nessa ordem, são as áreas em que há maior concentração da posse da terra, segundo o índice de Gini. Na comparação dessas áreas com o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), verifica-se que, em três, este indicador é inferior a 0,4000 (2b, 9 e 12b).¹⁵ Isso permite afirmar que, no Rio Grande do Sul, segundo esta metodologia, existe uma correlação entre a concentração da terra e os baixos níveis de desenvolvimento social, ou seja,

¹⁵ A exceção fica por conta da sub-região 2c, onde se situam os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí. Os melhores indicadores de desenvolvimento desta região podem estar relacionados ao amplo predomínio da orizicultura irrigada, que é uma atividade apoiada em elevados níveis de mecanização e contratação de assalariados (a maioria como operadores de máquinas agrícolas).

pode-se afirmar que a pobreza gaúcha é mais intensa e severa nas regiões onde há maior concentração fundiária.

Tabela 3 - Rio Grande do Sul. Índice de Desenvolvimento Social (IDS), Índice de Carência Social (ICS), Índice de Gini e Área média das propriedades segundo regiões e sub-regiões agroecológicas - 1991

Regiões e sub-regiões agro-ecológicas	IDS		ICS	Índice de Gini (posse da terra)	Área média das propriedades (ha)
1a	0,7917	b	0,2083	0,690	26,70
1b	0,6207		0,3793	0,774	44,40
1c	0,5392		0,4608	0,743	60,80
2a	0,4499		0,5501	0,660	18,70
2b	0,3944		0,6056	0,847	79,30
2c	0,6226		0,3774	0,797	246,10
3a	0,2572	3º	0,7428	0,700	160,50
3b	0,5520		0,4480	0,721	53,80
4a	0,8462	a	0,1538	0,496	21,00
4b	0,7070	d	0,2930	0,434	20,20
5a	0,4870		0,5130	0,649	32,00
5b	0,5831		0,4169	0,516	23,40
5c	0,6889		0,3111	0,710	34,30
5d	0,6404		0,3596	0,610	32,40
5e	0,4459		0,5541	0,769	124,00
6a	0,7850	c	0,2150	0,443	12,60
6b	0,5951		0,4049	0,478	15,00
7a	0,5051		0,4949	0,425	12,00
7b	0,4331		0,5669	0,534	19,10
7c	0,5684		0,4316	0,598	19,70
8	0,6054		0,3946	0,752	46,80
9	0,3720		0,6280	0,799	155,40
10a	0,3678		0,6322	0,744	283,10
10b	0,3430	4º	0,6570	0,763	265,60
11	0,1674	1º	0,8326	0,730	69,50
12a	0,3804		0,6196	0,726	46,70
12b	0,2325	2º	0,7675	0,788	143,30
Total do RS				0,764	48,00

Fonte: FEE (1995, p. 15).

Legenda: Letras do alfabeto indicam, em ordem decrescente, as regiões mais desenvolvidas.

Números indicam, também em ordem decrescente, as regiões e sub-regiões mais pobres.

Embora os dados do estudo da FEE não permitam uma desagregação por tipo de domicílio (se rural ou urbano), o que impõe limites à análise da pobreza rural, com base nos conhecimentos acumulados, é possível afirmar que, além de haver uma correlação entre o baixo nível de desenvolvimento e a concentração fundiária, conforme

apontado, essa ligação também é verdadeira em relação ao tipo de atividade econômica predominante nessas áreas, que é a agropecuária. Ou seja, os baixos índices de desenvolvimento social apontados pelo estudo da FEE indicam que a pobreza gaúcha é mais intensa nas áreas de maior concentração fundiária e onde predomina a agropecuária como atividade econômica principal da população. Este é, particularmente, o caso da sub-região do Litoral Médio gaúcho (2b), onde se situam municípios como Tavares, Mostardas, São José do Norte, entre outros, cuja economia está assentada na exploração agrícola de cultura, como o arroz irrigado, a cebola, e a pecuária de corte extensiva. É, igualmente, o caso da região 9, indicada na Tabela 3, onde se localizam municípios típicos da pecuária extensiva e da orizicultura, como São Borja e Itaqui, e também da sub-região 12b, onde estão municípios como Jaguarão e Herval.

Além da constatação de que a pobreza gaúcha é mais intensa em áreas de predomínio das grandes propriedades e da atividade agropecuária, os indicadores de carência e desenvolvimento também podem ser confrontados com informações sobre o grau de indigência (medida utilizada pelo Mapa da Fome do Ipea para estipular a renda mínima necessária para uma família) e sobre as características da população. Esse exercício é apresentado na Tabela 4, a seguir, que revela uma outra característica importante da pobreza no Rio Grande do Sul, qual seja, a de que o grau de indigência relaciona-se positivamente com a concentração da população em áreas rurais.

Segundo os dados da Tabela 4, em quase todas as regiões e sub-regiões que apresentam baixos índices de desenvolvimento social (IDS), verifica-se uma maior concentração da população no meio rural. Mas essa situação é particularmente significativa naquelas áreas onde se concentram as pequenas propriedades de produção familiar, como é o caso da região 11 (Serra do Sudeste), onde o IDS é o mais baixo (0,1674), o grau de indigência é, igualmente, o mais elevado (35,15%) e o percentual da população rural em relação ao total é o terceiro mais elevado do estado (59,95%). Outra área que revela indicadores semelhantes a esses é a região 7 (Alto Vale do Uruguai, sobretudo as sub-regiões 7b e 7a), onde o percentual da população rural é o mais elevado (72,14% e 64,49, respectivamente) e o grau de indigência também ocupa posições de destaque (31,57% e 30,73%, respectivamente, o segundo e o terceiro mais elevados), embora o IDS não esteja entre os mais baixos do estado.

Essa comparação permite afirmar que a pobreza tende a atingir um número maior de pessoas nas áreas em que há elevada concentração da população em áreas rurais e onde a estrutura fundiária é predominantemente composta por propriedades pequenas (menores de 20 hectares nas sub-regiões 7b e 7a, conforme indicado na Tabela 2). Ou seja, nas áreas rurais densamente povoadas, encontra-se uma população proporci-

onalmente maior que não obtém uma renda suficiente para satisfazer as suas necessidades. Contudo, embora nessas áreas haja uma quantidade maior de pessoas consideradas *indigentes* (segundo classificação do Mapa da Fome), isso não significa que sejam mais carentes ou menos desenvolvidas do que aquelas localizadas nas áreas em que predominam as grandes propriedades, onde o número de pobres é menor, mas sua condição de carência (dada pelo ICS) é muito mais intensa.

Tabela 4 - Rio Grande do Sul. Total de famílias indigentes, grau de indigência, população total, porcentagem rural da população, IDS e ICS, segundo as regiões e sub-regiões agroecológicas - 1990 e 1991

Sub-regiões agroecológicas	Famílias indigentes em 1990	Grau de indigência em 1990 (%)	População total em 1991	Porcentagem rural da população	IDS	ICS	
1a	82.330	9,86	2.787.981	3,63	0,7917	b	0,2083
1b	33.068	18,93	554.632	21,37	0,6207		0,3793
1c	33.271	26,20	465.694	25,82	0,5392		0,4608
2a	12.355	26,33	137.332	31,28	0,4499		0,5501
2b	15.324	19,77	256.354	12,22	0,3944		0,6056
2c	2.867	28,00	34.462	24,86	0,6226		0,3774
3a	3.872	29,99	46.586	48,22	0,2572	3º	0,7428
3b	14.642	28,09	192.873	43,54	0,5520		0,4480
4a	18.725	12,67	570.116	18,21	0,8462	a	0,1538
4b	8.004	21,98	118.527	50,02	0,7070	d	0,2930
5a	23.355	26,42	317.085	35,25	0,4870		0,5130
5b	13.606	24,67	193.075	42,99	0,5831		0,4169
5c	16.597	26,48	239.703	39,24	0,6889		0,3111
5d	8.368	24,79	116.187	48,08	0,6404		0,3596
5e	9.855	27,79	124.389	21,47	0,4459		0,5541
6a	8.592	18,20	146.772	36,07	0,7850	c	0,2150
6b	32.317	25,56	426.600	43,84	0,5951		0,4049
7a	22.184	30,73	285.637	64,49	0,5051		0,4949
7b	7.804	31,57	90.503	72,74	0,4331		0,5669
7c	19.970	29,12	266.225	46,71	0,5684		0,4316
8	26.802	26,94	358.815	33,00	0,6054		0,3946
9	12.703	30,58	157.827	29,23	0,3720		0,6280
10a	20.146	26,08	295.878	13,44	0,3678		0,6322
10b	19.314	26,66	266.525	16,95	0,3430	4º	0,6570
11	6.622	35,16	175.077	59,95	0,1674	1º	0,8326
12a	32.288	24,10	4453.048	21,16	0,3804		0,6196
12b	5.327	29,85	60.767	22,4	0,2325	2º	0,7675
Total do RS	520.311	19,53	9.138.670	32,44			

Fonte: Ipea - Mapa da Fome e FEE (1995, p. 16).

Legenda: Letras do alfabeto indicam, em ordem decrescente, as regiões mais desenvolvidas.

Números indicam, também em ordem decrescente, as regiões e sub-regiões mais pobres.

4.1 Tipos de pobreza rural no Rio Grande do Sul

De posse das informações acerca da intensidade (onde estão os mais pobres) e da magnitude da pobreza (onde se concentra a maior quantidade de pobres), é possível afirmar que existem dois tipos de pobreza rural no Rio Grande do Sul. Uma delas, que denominamos *histórico-estrutural*, é mais intensa e está relacionada à concentração fundiária e às formas de ocupação em que predomina o assalariamento. Esse tipo de pobreza concentra os piores índices de desenvolvimento social e de qualidade de vida do estado e se localiza na macrorregião agroecológica denominada "metade-sul". O segundo tipo, que chamamos de *pobreza colonial*, é aquela que, mesmo não produzindo renda suficiente para o agricultor, permite-lhe o acesso aos bens, serviços e alimentos, que obtém com seu trabalho em sua pequena propriedade de terra, os quais minimizam sua carência social. Este tipo de pobreza localiza-se na Serra do Sudeste e na região do Alto Uruguai.

a) Pobreza histórico-estrutural

Como já foi dito, a pobreza estrutural está localizada na metade sul do estado, em áreas de concentração fundiária, como é a característica das regiões 9, 10a, 10b e 12b (ver mapa). Entretanto, isso não quer dizer, *ipso facto*, que as grandes propriedades são as causadoras da pobreza rural. Prova disso são as regiões de Santa Vitória do Palmar (2c) e Rio Grande, onde os índices de carência social são muito próximos à média do estado, embora sejam regiões onde o índice de Gini e o tamanho médio das propriedades estão entre os mais altos. Particularmente nesses dois municípios, mas também em outros da região, predomina a orizicultura irrigada, sendo bastante difundidos o assalariamento e a contratação de força de trabalho temporária, os quais tendem a ser protegidos por contratos formais (seja a carteira de trabalho ou outro), daí resultando uma menor precariedade.

Ao contrário disso, nas regiões em que é difundida a pecuária extensiva (regiões 9, 10a, 10b, 12a, 12b), os indicadores de pobreza rural são mais expressivos, o que, talvez, possa ser explicado pela formação social dessa região, onde a escravatura lançou raízes sólidas junto à atividade das charqueadas de carne. Com a abolição do cativo, em 1888, os escravos foram libertos em condições sociais absolutamente desiguais, sendo raros os casos dos que conseguiram acesso à propriedade privada da terra. Embora não seja o caso de aprofundar tais aspectos, o que importa salientar no momento é que a origem da pobreza rural na região sul do estado possui condicionantes históricos, ligados a sua formação social, e determinantes econômico-estruturais, ligados à tradição da pecuária extensiva (Bakos, 1982; Cardoso, 1977).

Deve-se, entretanto, destacar que as relações de trabalho vigentes na pecuária extensiva da região sul do estado nem sempre são mediadas pelo assalariamento ou pelos contratos formais de trabalho, com observância aos direitos trabalhistas, carteira assinada, etc. As relações de trabalho existentes nessa atividade ainda são fortemente marcadas pela informalidade. Nos anos mais recentes, face às dificuldades econômicas enfrentadas pela pecuária de corte (dada a restrição da demanda e o aumento da concorrência internacional), a dispensa dos trabalhadores ("peões") das fazendas também implicou a perda do local de moradia das suas famílias, que, em muitos casos, acabam se deslocando para as vilas e pequenos povoados, em geral situadas nas margens de rodovias, ou até mesmo para as periferias das cidades, como é perceptível em municípios como Bagé, Santana do Livramento, Pelotas, entre outras da zona sul do estado.

b) Pobreza colonial

A pobreza que chamamos de *colonial* afeta um número maior de pessoas, ainda que seja menos intensa em relação aos níveis de carência verificados na região sul do estado. Esse tipo de pobreza tem, basicamente, duas origens. A primeira refere-se aos "caboclos", indivíduos oriundos da mestiçagem entre brancos portugueses e castelhanos e índios, que tinham a posse de terras situadas em várias áreas do Rio Grande do Sul. Como não eram proprietários legais (perante o ordenamento jurídico formal), esse grupo social foi sendo historicamente removido ou deslocado das áreas que ocupava pelos colonos de origem européia que passaram a colonizar a região da Serra e do Planalto desde o final do século passado. Durante o período em que havia terras devolutas que podiam ser ocupadas por esses posseiros, sua sobrevivência e reprodução social era viável. A partir da década de 1950, contudo, quando ocorreu o fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul, as alternativas de sobrevivência dos caboclos passaram a ser o trabalho temporário, a parceria, a meeia ou até a prestação de alguns tipos de serviços no meio rural. No entanto, a partir da década de 1970, à medida que avança o processo de modernização tecnológica da agricultura gaúcha, esses trabalhadores vão perdendo suas oportunidades de trabalho, restando-lhes apenas a migração para outras regiões ou para as cidades.¹⁶

O segundo grupo social que integra a pobreza colonial tem uma origem mais recente, pois surgiu nos últimos quinze ou vinte anos e concentra-se na região do Alto Uruguai, onde se encontram boa parte das 257 mil famílias indigentes indicadas pelo Mapa da Fome. São, basicamente, pequenos proprietários que exploram lotes inferiores a cinco hectares em áreas pouco apropriadas para a prática agrícola. Seu empobre-

¹⁶ Para maiores informações sobre os caboclos no Rio Grande do Sul, consultar os trabalhos de Gehlen (1998) e Martini (1993)

cimento está fortemente relacionado ao tamanho da área de terras que possuem e aos sistemas de cultivo de monocultura que utilizam, os quais rapidamente exaurem a fertilidade do solo e, com ela, a viabilidade econômica dessas unidades. Por constituírem um grupo social maior, atribui-se-lhes a designação de *pobreza colonial*, pois está relacionada ao fato de que esses pobres são os que se denominam de colonos: pequenos proprietários, freqüentemente de origem étnica européia, que, a partir da década de 1970, não puderam acompanhar a dinâmica da modernização tecnológica da agricultura gaúcha. Muitos desses colonos praticam a parceira ou são meeiros, pois continuam produzindo em áreas pequenas, em geral também declivosas, e com meios produtivos tecnologicamente defasados, razão pela qual a maior parte de sua produção é destinada à subsistência e ao autoconsumo.

Portanto, pode-se afirmar que a pobreza colonial tem sua origem no próprio modelo de desenvolvimento da agricultura gaúcha. A partir da década de 1980, assiste-se a um crescimento cada vez mais intenso da produtividade da agricultura, que decorre da incorporação acelerada do progresso tecnológico e do fortalecimento dos complexos agroindustriais. No período recente, esse formato tecnológico vem se aprofundando, o que significa que a geração de ganhos de produtividade e rentabilidade se dá com um número cada vez menor de estabelecimentos. Segundo estudos recentes (Benetti, 1998; 1999), nas regiões onde se concentram as pequenas propriedades, como no norte do estado, houve um abandono de 278 mil de hectares de terra, que antes eram cultivadas com grãos (no estado como um todo, a diminuição da superfície agrícola ocupada com grãos foi de 1,6 milhão de hectares no período 1985-95).

Essa situação se traduz em empobrecimento da população rural dessas áreas, sobretudo no que concerne à alteração da composição das rendas dessas famílias, que dependem significativamente das atividades agrícolas. Talvez seja justamente a queda das rendas agrícolas o fator responsável pelo baixo valor do IDS encontrado nas regiões 7a, 7b e 7c uma vez que os índices de carência, conforme indicado na Tabela 3, são menores do que os de outras regiões consideradas mais desenvolvidas. Essa situação pode ser explicada pelo fato de se tratar de populações de pequenos proprietários que, apesar de terem baixos níveis de renda monetária (decorrentes da própria queda dos preços dos cereais, que são culturas importantes na região), possuem acesso razoável à alimentação e à escola, o que, evidentemente, diminui a intensidade da condição de pobreza em que se encontram.

5 POBREZA E DESENVOLVIMENTO RURAL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho representa uma aproximação inicial a um tema sobre o qual a cada dia se iniciam mais pesquisas e investigações no Brasil. Conforme mencionado no início, talvez esse fato seja um sinal dos novos tempos e da agenda de investigações que tomará corpo no próximo período. Nesta seção final, que não será conclusiva, pretende-se apontar alguns aspectos que parecem importantes quando se enfrenta o desafio de indicar sugestões ou recomendações a um problema tão complexo quanto o da pobreza. Nesse sentido, parece pertinente refletir sobre as condições e as possibilidades que têm ou terão as populações rurais gaúchas de serem beneficiadas por processos de desenvolvimento que promovam maior distribuição de renda. Como não será possível desenvolver argumentos para os múltiplos aspectos deste tema no âmbito deste artigo, pretende-se, tão-somente, expor algumas características da dinâmica recente das ocupações não-agrícolas no meio rural gaúcho que podem contribuir para repensar o desenvolvimento rural.

Em outros trabalhos (Schneider, 1999, Schneider e Navarro, 2000), tem-se indicado que o "espaço rural" está passando por significativas transformações que vêm alterando, sobremaneira, o seu perfil ocupacional. De um lado, como descrito anteriormente, há uma agricultura cada vez mais produtiva e intensa utilização dos fatores produtivos, embora ocupando um número cada vez menor de trabalhadores; de outro, contrastando com esse desempenho das atividades agrícolas, verifica-se o crescimento das atividades não agrícolas das pessoas que têm domicílio rural. Esse crescimento das atividades não agrícolas não é um fenômeno efêmero, pois vem evoluindo gradativamente a partir da década de 1980. Em face da queda persistente do emprego agrícola, as informações sobre o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural do Rio Grande do Sul talvez estejam a indicar que é absolutamente fundamental romper com a associação e, mesmo, com a redução do espaço rural para as atividades agrícolas *stricto sensu*. Essa ruptura é, certamente, o primeiro passo para demonstrar que o problema da pobreza e da exclusão social no campo não pode mais ser resolvido apenas com a adoção de tecnologias ou através da transferência da população rural para as cidades via processos migratórios. Ou seja, trata-se de romper com a visão, discutida nas seções anteriores, de que o desenvolvimento agrícola (o produtivismo, como também denominado) conduz, inexoravelmente, ao desenvolvimento rural.

Uma comparação da dinâmica do emprego e da ocupação na agricultura gaúcha nas duas últimas décadas indica que o que está gerando novos postos de trabalho no meio rural não é a agricultura, mas um conjunto de atividades que, até pouco tempo,

eram identificadas somente com as cidades e os espaços urbanos e que, agora, estendem-se ao campo. É claro que isso não permite concluir, apressadamente, que o setor agrícola deixará de ter importância no espaço rural gaúcho. O que se argumenta é que estão surgindo outras atividades e formas de ocupação que poderão ampliar as oportunidades de emprego e constituir-se em novas perspectivas de trabalho para quem habita no meio rural, mas, por opção ou mesmo contingência, não trabalha na agricultura.

As atividades não agrícolas que mais crescem no meio rural gaúcho são a prestação de serviços, as manufaturas, a transformação ou agregação de valor aos produtos agrícolas, entre outras, cujos efeitos sobre as rendas familiares e a ocupação da mão-de-obra parecem ser bastante promissores. Entre 1981 e 1997, a população economicamente ativa do Rio Grande do Sul (com dez anos de idade ou mais), com domicílio rural, que estava ocupada em atividades não agrícolas elevou-se de 276 500 para 324 100, registrando um aumento de quase cinqüenta mil postos de trabalho. Entre 1992 e 1997, o crescimento dos ramos de atividades não agrícolas, como a prestação de serviços (3% a.a.), os serviços auxiliares de atividades econômicas (19,1% a.a.) e o ramo de transportes e comunicação (7,4% a.a.), indica que as atividades econômicas que mais crescem são aquelas associadas ao setor de serviços e da agregação de valor aos produtos agrícolas. Esse crescimento fez com que, em 1997, o meio rural gaúcho já contasse com 67 500 pessoas que podiam ser consideradas "duplo-ativas", pois combinavam a agricultura com outras formas de ocupação não agrícola durante todo o ano.

Além disso, conforme mencionado anteriormente, talvez essas novas formas de ocupação possam ser traduzidas em estratégias ou alternativas para atacar o problema da pobreza rural no estado. Pelos indicadores apresentados, parece que as chances de reversão do padrão tecnológico vigente são pouco prováveis, malgrado os vários esforços empreendidos. Assim, a tendência é que continue a haver uma relação inversa entre nível de ocupação na agricultura e a produtividade do trabalho. Na verdade, essa situação é típica do processo de penetração do capitalismo no campo, cujos efeitos, se não podem ser aceitos passivamente, requerem que se proponham soluções inovadoras. Essas propostas não implicam, por certo, oposição ao progresso técnico ou diminuição da utilização de tecnologias, o que poderia condenar o setor agrário gaúcho ao atraso e à estagnação e retirá-lo da competição com outros concorrentes, que, por certo, não desistirão do negócio.

Entre as várias iniciativas que vêm sendo implementadas, os esforços do Estado (ainda que longe do desejável) no sentido de promover a redistribuição fundiária certamente são uma das alternativas que podem ajudar a reduzir a precariedade das con-

dições de vida e a pobreza das populações rurais menos favorecidas. O mesmo se pode afirmar em relação às políticas públicas dirigidas ao segmento da agricultura familiar, quer seja através de programas federais, como o Pronaf, quer seja em nível estadual, como o programa de incentivo às micro e pequenas agroindústrias rurais.

Há, entretanto, um conjunto de políticas e propostas cujos efeitos sobre o combate à pobreza e o estímulo ao desenvolvimento rural são ainda largamente desconhecidas ou muito pouco estudadas. Esse é, particularmente, o caso das transferências sociais diretas do Estado, via previdência social, aos aposentados e pensionistas rurais. O trabalho recente de Delgado e Cardoso (1999) mostra que a renda domiciliar mensal dos beneficiários rurais da previdência social na região sul chegou a R\$ 551,91, ou 4,4 salários mínimos, sendo que 48% desses se declararam responsáveis pelo estabelecimento rural. Em 1997, segundo dados da PNAD, havia no Rio Grande do Sul 146.400 beneficiários da previdência e 336.000 na região sul como um todo, os quais, no período 1992-97, registraram um crescimento anual da ordem de 6,4% e 5,9%, respectivamente. Segundo a FEE, tomando-se por base os dados de 1995 e 1996, observa-se que a previdência injeta, anualmente, em torno de R\$ 600 milhões no meio rural gaúcho, valor equivalente a duas vezes o Valor Bruto da Produção de milho ou a 60% do Valor Bruto da Produção de arroz em 1996.¹⁷ Para Delgado e Cardoso, há evidências de que "(...)o seguro previdenciário da aposentadoria ou pensão está sendo convertido de várias formas em uma espécie de seguro de renda agrícola" (1999, p. 9). Nesse sentido, consideram os autores que a previdência está ajudando muitas famílias de agricultores a manterem uma renda mensal fixa e a terem condições de investir na propriedade.

Entre as iniciativas de combate à pobreza rural ainda não exploradas pelo estado, também se podem mencionar as políticas públicas destinadas a alavancar o desenvolvimento das atividades não agrícolas no meio rural. Nesse sentido, Campanhola e Graziano da Silva (2000) sugerem cinco grupos de políticas para o desenvolvimento das atividades não agrícolas e da pluriatividade rural, a saber:

- *políticas de "desprivatização" do espaço rural*; ou seja, criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola;
- *políticas de urbanização do meio rural*, visando à criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como à extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;

¹⁷ Esta informação consta em informe assinado por Eugênio Lageman na Carta de Conjuntura da FEE de agosto de 1998.

- *políticas de geração de renda e ocupações não agrícolas*, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), proporcionando também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;
- *políticas sociais compensatórias ativas*, que consiste em aposentadoria precoce em áreas desfavoráveis, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças, etc.;
- *um reordenamento político-institucional*, que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

Conforme ressaltado, este trabalho não tem a intenção de ser conclusivo; ao contrário, buscou realizar uma primeira aproximação ao tema da pobreza rural com dados para o Rio Grande do Sul. Obviamente, em razão do caráter preliminar, ainda restam muitas lacunas a serem preenchidas em estudos futuros, ainda que este trabalho tenha representado um estímulo adicional à difícil tarefa de estudar o desenvolvimento pelo seu anverso. Ou seja, ocupar-se com o tema do desenvolvimento também significa dizer algo sobre as causas e as características das áreas ou regiões não desenvolvidas. Aliás, essa é uma das finalidades que cabe ao conhecimento científico: aportar contribuições que permitam entender os processos sociais e econômicos que produzem a desigualdade e a exclusão e apontar potenciais estratégias que possam auxiliar os planejadores a intervir sobre essa realidade.

6 BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1999.

ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1997.

ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P.S. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994.

BAKOS, M.M. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

BANDEIRA, P. S. *As raízes históricas do declínio da região sul*. In: ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P.S. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1994. p.7-32.

- BARROS, R. P. ; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas - 1960/90. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 115-164, abr. 1995.
- BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Iepa, Rio de Janeiro, julho de 1995 (Texto para Discussão no 377).
- BENETTI, M. D. Rio Grande do Sul: subsídios para a formulação de uma política de desenvolvimento sustentável da agricultura estadual. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, FEE, v.26, n. 4, p.188-195, 1999.
- BENETTI, M. D. Reconversão e reestruturação do agribusiness rio-grandense. In: *Projeto Rio Grande do Sul*. Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento, Projeto RS-2010: Agribusiness, p. 13-22, 1998.
- CARDOSO, F.H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CONCEIÇÃO, O.A. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950-1975*. Porto Alegre: FEE, 1986.
- CORRÊA, A.J. *Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira*. Piracicaba: Editora da Unimep, 1998.
- CORRÊA, A.J. *Evolução do rendimento médio, desigualdade e pobreza entre as pessoas ocupadas na agricultura brasileira: uma análise regional do período 1981-1998*. In: SEMINÁRIO DESAFIOS DA POBREZA RURAL NO BRASIL. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - MDA e Banco Mundial, Rio de Janeiro, 2000, 23 p.
- DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. Campinas, Unicamp, 1999. 222 p. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia da Unicamp.
- DELGADO, G. C. (Coord.). *Previdência rural: relatório de avaliação sócio-econômica*. Brasília, Projeto Ipea/MPAS, 1997. 73 p. Trabalho não publicado.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO Jr. J.C. *A previdência social rural e a economia familiar no Brasil: mudanças recentes nos anos 90*. Brasília, IPEA, Relatório Preliminar de Pesquisa, (Não publicado) 1999.
- DUQUÉ, G.; CIRNE, M.N.R. Pobreza rural no Nordeste semi-árido: cidadania ou exclusão social. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- ENDERLE, A.T. *Trabalhadores por conta-própria: estratégias de reprodução e identidade sócio-profissional de agricultores familiares*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Ufrgs, Porto Alegre, 2000.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. *25 anos de economia gaúcha. A agricultura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 3, 1978.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. *Alívio à pobreza: diagnóstico e conclusões*. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/ FEE, Pró-Rural 2.000, 1995.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Departamento de Emprego e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro, 1992 a 1997.

FÜRSTENAU, V. *O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965-1984*. Porto Alegre, FEE, 1988.

GELHEN, I. *Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social*. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

GRANDO, M.Z. (Coord.). *Agropecuária do Rio Grande do Sul 1980-1995 a caminho da eficiência?* Porto Alegre, FEE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. In: AGUIAR, D.; PINHO, J.B. *O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília: Edições Sober, v. 1, 1998. p. 117-142.

GRAZIANO DA SILVA, J. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P.; REYDON, B.P. (Org.) *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas: Edições Abra, p. 127-150, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. *Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997*. São Paulo, 1999. 20 p. (Trabalho apresentado na Anpec).

HOFFMANN, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-1998*. Esalq/USP e IE/Unicamp (digitado). Piracicaba, São Paulo, 2000b, 24 p.

HOFFMANN, R. *Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco*. In: KILSZTAJN, S.; DOWBOR, L. *Economia social*. São Paulo: Laboratório de Economia Social da PUC-SP, 2000a (no prelo).

HOFFMANN, R. A pobreza rural no Brasil. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 36-40, 1984.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v.9, n. 24, p. 159-172, 1995.

MARTINI, M.L.F. *Sobre do caboclo-camponês: um gaúcho a pé*. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MONTEIRO, M.J.C. Renda Agrícola: terra sem promessa. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 19, n. 4, p. 17-18, abr. 1999.

NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

- PASTORE, J; ZYLBERSTAJN, H; PAGOTO, C. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970/80*. São Paulo: Sipe, 1983.
- PRESSER, M. *O desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul: 1920-1975*. Campinas, 1978. Dissertação (Mestrado em Economia), IFCH Unicamp.
- ROCHA, S. Crise, estabilização e pobreza - 1990-1995. *Revista de Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, FGV, p. 22-26, jan. 1997.
- ROCHA, S. *Desigualdade e pobreza no Brasil: a evolução 1981-1995*. IPEA, Rio de Janeiro, jun. de 1998a (Texto para Discussão, n. 567).
- ROCHA, S. *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Ipea, Rio de Janeiro, abr. de 2000a (Texto para Discussão, n. 721).
- ROCHA, S. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Ipea, Rio de Janeiro, abr. de 2000b, (Texto para Discussão, n.720).
- ROCHA, S. *Renda e pobreza: medidas per capita versus adulto-equivalente*. Ipea, Rio de Janeiro, nov. 1998c (Texto para Discussão, n. 609).
- ROCHA, S. *Renda e pobreza: os impactos do Plano Real*. Ipea, Rio de Janeiro, dez. 1998 (Texto para Discussão, n. 439).
- ROMÃO, M.C. *Pobreza: conceito e mensuração*. Cadernos de Economia, Brasília, Ipea, fev. 1993.
- SCHMIDT, C.J. *O Tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do colono "sem-terra"*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Ufrgs, Porto Alegre, 1992.
- SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. Emprego agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Org.). *O novo rural brasileiro*. v. 3. Embrapa/Unicamp, 2000, p. 15-48.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Universidade/Ufrgs, 1999. 205 p.
- SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. As mudanças nas ocupações agrícolas e não-agrícolas na agricultura gaúcha: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981-97. *Indicadores Econômicos-FFE*. Porto Alegre, v. 27, n. 4, p.170-189, 1999.
- SCHNEIDER, S.; BRUMER, A. *Impactos das transformações técnico-produtivas sobre a dinâmica demográfica e a qualidade de vida no meio rural do Rio Grande do Sul*. Projeto RS-2010, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento, Relatório de Consultoria Técnica, 60 páginas, 1997.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da agricultura e abastecimento. *Macrozoneamento Agroecológico e Econômico: regiões agroecológicas*, Estado do Rio Grande do Sul. 1994.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. *Matuchos: exclusão e luta - do sul para a amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

VEIGA, J.E. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, E. (et al.) *Distribuição de riqueza e crescimento econômico*. Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 173-200, 2000.

VIANNA DE SOUZA, M.F *Os rendeiros da soja*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas, 1992.

SYNOPSIS

This paper discusses the agrarian development, the regional inequalities and the poverty in rural areas of the Rio Grande do Sul. The main inspiration of this work is a technical study upon rural poverty in the scope of the Projeto RS-2010, from 1997. The introduction presents some conceptual indicators and also estimates the Brazilian poverty as well as the main differences between rural and urban poors. The second section discusses the technological and occupational changes of the agriculture and evaluates the perspectives of social insertion for the rural poors in the urban labor market, and in the dynamic of the agricultural sector. The third section performs the analyses of the historical process of change in the agriculture of Rio Grande do Sul and shows how this evolution is responsible for the increase of the rural poverty as well as the enlargement of the regional inequalities. The fourth section retakes some conclusions of the technical study, particularly the ones related to the characteristics of rural poverty in the State of Rio Grande do Sul. In its final considerations the paper argues that the public policies and the programs to face rural poverty can be reviewed from initiatives which are not focused only in technical-productive investments in agricultural activities but, on proposals that broaden the rural development.

Key-words: rural poverty, social inequalities, agrarian development, regional inequalities of Rio Grande do Sul.

SINOPSIS

El artículo discute el desarrollo agrario, las desigualdades regionales y la pobreza en las áreas rurales de Rio Grande do Sul. La principal inspiración de este trabajo partió de la realización de un estudio técnico sobre la pobreza rural en el ámbito del proyecto RS-2010, en el año 1997. En la introducción son presentados algunos indicadores conceptuales y estimativos de la pobreza brasileña como también las significativas diferencias entre los pobres rurales y urbanos. En la segunda sección se discute las transformaciones tecnológicas y ocupacionales de la agricultura y se evalúa las perspectivas para la inserción social de los pobres del campo en el mercado de trabajo urbano y en la dinámica del sector agrícola. En la tercera parte se realiza un análisis del proceso histórico de transformación de la agricultura gaúcha mostrando como su evolución fue responsable no sólo por la profundización de la pobreza rural sino también por la ampliación de los desequilibrios regionales. En la cuarta sección son retomadas algunas conclusiones del estudio técnico de 1997, principalmente en lo que se refiere a la caracterización de la pobreza rural en el Estado. En las consideraciones finales se plantea que las políticas públicas y los programas de combate a la pobreza en el campo podrían ser repensados a la luz de iniciativas que no dependan sólo de inversiones técnico productivas en las actividades agrícolas sino también, de propuestas que amplíen el desarrollo rural.

Palabras-clave: pobreza rural, desigualdad social, desarrollo agrícola, desequilibrios regionales en Rio Grande do Sul